



INSTITUTO MANO DOWN

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



INSTITUTO MANO DOWN

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balanço patrimonial	4 / 5
Demonstração do resultado do período.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Associados do
Instituto Mano Down

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Mano Down (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos relacionados ao assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva – limitação de escopo”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Mano Down**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião com ressalva

Limitação de escopo

Conforme mencionado na nota explicativa “11.2” às demonstrações contábeis, a Associação obtém parte relevante de suas receitas proveniente de doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas, as quais são identificadas pelo seu depósito em conta corrente específica e pelo recebimento em espécie pelo caixa da Associação. Em virtude dos valores se caracterizarem por doações espontâneas e que não requerem a obrigatoriedade de formalização por meio de contratos, não nos foi praticável obtermos conforto de auditoria sobre a integralidade dessas doações registradas na rubrica “Contribuições s/fins específicos” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.



Outros Assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, não foram por nós examinados, nem por outros auditores independentes. Além disso, os procedimentos adicionais aplicados, decorrentes de primeira auditoria, sob transações e valores que compõem os saldos em 31 de dezembro de 2018, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser no caso de dissolução, extinção ou cessação de suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2021.



TJS Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

José Miguel Barros de Rezende
Contador CRCMG 056269/O-1

INSTITUTO MANO DOWN

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$1)

Ativo	Notas explicativas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	916.259	515.025
Créditos	5	1.323.848	16.550
Adiantamentos		53.443	25.554
Total do ativo circulante		2.293.550	557.129
Não circulante			
Imobilizado Líquido	6	59.849	67.174
Total do ativo não circulante		59.849	67.174
Total do ativo		2.353.399	624.303

INSTITUTO MANO DOWN

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$1)**

Passivo	Notas explicativas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		3.511	23.791
Obrigações sociais		33.639	480
Empréstimos e financiamentos	7	43.617	81.099
Outras obrigações	8	1.246.269	11.454
Receitas a realizar	9	551.842	130.844
Total do passivo circulante		1.878.878	247.668
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social		474.521	376.635
Total do patrimonio social		474.521	376.635
Total do passivo e patrimônio líquido		2.353.399	624.303

INSTITUTO MANO DOWN

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$1)**

	Notas explicativas	2019	2018
Receita Operacional			
De convênios/programas/projetos Sociais	12	404.594	70.825
Promoções e eventos		377.856	77.535
Socios/contribuições/doações	11.2	445.097	234.941
Trabalho Voluntario	14	63.000	-
		1.290.547	383.301
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas		(50.783)	(16.879)
Despesas com pessoal		(609.601)	(7.246)
De parcerias/programas	13	(404.594)	(70.825)
Despesa com consumo		(32.698)	(18.252)
Despesas Legais e Tributárias		(18.484)	(7.775)
Trabalho Voluntario	14	(63.000)	-
		(1.179.160)	(120.977)
SUPERAVIT ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		111.387	262.324
Receitas financeiras		2.667	2.499
Despesas financeiras		(16.168)	(4.168)
SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		97.886	260.655

INSTITUTO MANO DOWN

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$1)**

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	115.980	-	115.980
Superávit do exercício	-	260.655	260.655
Saldos em 31 de dezembro de 2018	115.980	260.655	376.635
Superávit do exercício	-	97.886	97.886
Saldos em 31 de dezembro de 2019	115.980	358.541	474.521

INSTITUTO MANO DOWN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$1)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	97.886	260.655
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7.324	3.654
Baixas de bens do imobilizado	-	990
Resultado ajustado	105.210	265.299
Variação nos ativos operacionais		
(Aumento) Redução de contas a receber	(1.307.298)	(16.500)
(Aumento) Redução de outros créditos	(27.889)	(25.554)
Variação nos passivos operacionais		
Aumento (Redução) de fornecedores	(20.280)	23.791
Aumento (Redução) de obrigações sociais	33.159	-
Aumento (Redução) de outras obrigações	1.234.816	(56.523)
Aumento (Redução) de Subvenções/Projetos/Convenios a realizar	420.998	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	438.716	190.513
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	(20.879)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(20.879)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(37.482)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(37.482)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	401.234	169.634
Demonstração da variação		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	515.025	345.391
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	916.259	515.025
Variação	401.234	169.634

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Mano Down é uma associação, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com sede em Belo Horizonte/MG e tem como objetivo a promoção de atividades e projetos de relevância pública e social, tais como:

I - contribuir para assegurar à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico;

II – desenvolver e apoiar pesquisas e inovação voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

III – contribuir para a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses das pessoas com deficiência;

IV – fomentar e promover a habilitação profissional que corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.;

V – promover a assistência social à pessoa com deficiência, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.;

VI – implementar, apoiar e desenvolver serviços, programas, projetos e/ou benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família com o objetivo da garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social;

VII – criar e implementar projetos e atividades ligadas ao direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer;

VIII - promover a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade;

IX – contribuir para assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” (“PMEs”), aplicável também as Associações e, em especial, a ITG 2002, destinada a Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram realizadas estimativas por parte da administração, dentre essas, a estimativa de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado bem como a razoabilidade da provisão para devedores duvidosos, o que pode ocasionar variações entre o real e o estimado.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a entidade não apurou transação que envolva registro em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31/12/2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

A prática contábil adotada é pelo regime de competência. Foram atendidas as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no princípio contábil da competência da ITG 2002 (R1). Os rendimentos e encargos incidentes em sua realização estão reconhecidos no resultado.

c) Contas a Receber

São registradas e mantidas pelo valor dos convênios e termos de parceria firmados pela Entidade. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

Ganhos e perdas na alienação e/ou baixa de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e/ou baixa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2019.

e) Provisão para Férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

f) Doações e Subvenções

As doações e subvenções para custeio são contabilizadas em conta de receita.

g) Empréstimos e Financiamentos

São acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

h) Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a instituição conclui que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4. DISPONÍVEL

Caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Compreendem os saldos de caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas, quando aplicável, dos rendimentos, até a data do balanço, respeitando-se o princípio de Competência.

Descrição	2019	2018
Caixa Geral	335.578	309.448
Bancos	382.668	3.849
Investimentos Financeiros	198.013	201.728
Total	916.259	515.025

5. TÍTULOS A RECEBER

Refere-se a serviços prestados pelo Instituto Mano Down e de termos de parcerias, conforme notas fiscais eletrônicas devidamente emitidas e contratos estabelecidos entre as partes, e ainda não recebidas. Apropriadas nesta conta em atendimento ao princípio contábil da competência, conforme preceitua a Resolução do CFC 1.409/2012 – ITG 2002 (R1).

Descrição	2019	2018
MRXT Corporation Ltda.	-	2.000
Sebrae/MG	-	14.000
Valores a receber	49.508	-
Leonardo Gontijo	36.624	-
Termo de Comp. - Sec. Mun. de Cultura	12.222	-
Termo parceria – Movimento Bem Maior	50.760	-
Projeto Ativ. Espaço Cultural - PRONAC	1.146.553	-
Termo de Comp. - Lei Incent. Esporte	14.112	-
Outros valores a receber	14.069	550
Total	1.323.848	16.550

6. IMOBILIZADO

O imobilizado se apresenta com os valores ao custo de aquisição, formação ou construção. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear dos valores utilizados, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens.

Composição	Tx	Custo	Deprec.	Saldo 31/12/2018	Aquisição	Baixa	Deprec.	Saldo 31/12/2019
Moveis e Utensílios	10	72.645	(6.010)	66.6345	-	-	(7.265)	59.370
Máquinas e Aparelhos	10	599	(60)	539	-	-	(60)	479
Total do Imobilizado		73.244	(6.070)	67.174	-	-	(7.325)	59.849

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO

Refere-se a empréstimo tomado, reconhecido pelo valor justo do Contrato firmado entre as partes e estão assim demonstrados:

Descrição	2019	2018
Camilo Frenchiani Romanha	43.617	51.099
Leonardo Gontijo	-	30.000
Total	43.617	81.099

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo está assim representado:

Descrição	2019	2018
Elza Bicalho Lopes de Assis	2.880	2.707
Tomaz Aquino Costa Vilar Soc. Advogados	-	3.500
Organização Savere	-	1.110
Everton Roberto Andrade Silva MEI	-	1.300
Termo de Parceria - Movimento Bem Maior	50.760	-
Projeto Ativ. Espaço Cultural - PRONAC	1.146.553	-
Outros valores	46.076	2.837
Total	1.246.269	11.454

9. RECEITAS A REALIZAR

Valores de recursos recebidos de patrocínios, termos de parcerias e de compromissos firmados neste exercício, que serão executados no decorrer do exercício seguinte.

Descrição	2019	2018
Patrocínio Sist. Anhanguera	131.651	130.844
Termo de Comp. - Sec. Mun. de Cultura	36.009	-
Termo de Parceria - Movimento Bem Maior	21.066	-
Projeto Mano a Mano – PRONAC	42.590	-
Projeto Ativ. Espaço Cultural - PRONAC	250.500	-
Termo de Fomento – SEDESE	34.746	-
Termo de Comp. - Lei Incent. Esporte	35.280	-
Total	551.842	130.844

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Constituem o patrimônio líquido da Entidade:

- (i) as contribuições voluntárias dos associados;
- (ii) os donativos, legados, subsídios e quaisquer recursos que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, associadas ou não; e

(iii) os bens móveis e imóveis, títulos, valores e direitos permanentes.

Além disso, o superávit (déficit) do exercício é transferido para a conta de “patrimônio social” após a sua aprovação pela assembleia dos associados.

11. CONTRIBUIÇÕES

11.1- RECEITA DE SERVIÇOS

Reconhece o valor dos serviços de palestras prestados pelo Instituto Mano Down, tendo todo o resultado positivo sido aplicado na manutenção e custeio das atividades beneficentes da entidade, em conformidade com seu Estatuto Social.

11.2 CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS SEM FINALIDADES ESPECÍFICAS

A entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. As doações destinam-se ao custeio e manutenção das atividades da entidade. No exercício a entidade recebeu as seguintes doações:

Descrição	2019	2018
Donativos recebidos P. F. s/fins específicos	379.083	198.502
Donativos recebidos P. J. s/fins específicos	66.014	36.439
Total	445.097	234.941

12. PARCERIAS

Descrição	2019	2018
Termo de Patrocínio Anhanguera	76.752	70.825
Projeto Mano a Mano PRONAC	225.714	-
Termo de Parceria Mov. Bem Maior	27.934	-
Termo de Fomento - SEDESE	175	-
Termo de Compromisso Secret. Mun. de Cultura	74.019	-
Total	404.594	70.825

13. DESPESAS

Inclui as provisões para as férias, 13º salário, provisão para os devedores e as depreciações, de acordo com a Resolução 1.409/2012 do CFC – ITG 2002 (R-1).

Descrição	2019	2018
Termo de Fomento - SEDESE	175	-
Serviço de autônomos	175	-
Secretaria Municipal de Cultura	74.019	-
Serviço de autônomos	5.277	-
Serviços profissionais de empresas	56.700	-
Aluguéis	11.600	-
Outras despesas	442	-
Projeto Mano a Mano PRONAC	225.714	-
Conduções e viagens	2.493	-
Serviços profissionais de empresas	214.403	-
Aluguéis	6.800	-
Outras despesas	2.018	-
Movimento Bem Maior	27.934	-
Serviço de autônomos	6.800	-
Serviços profissionais de empresas	13.800	-
Aluguéis	7.334	-
Patrocínio Concessionária Sist. Anhanguera Bandeirantes S.A	76.752	70.825
Vestuários e calçados	6.866	2.400
Serviços de autônomos	16.250	-
Funcionários	22.705	-
Serviços profissionais de empresas	27.984	62.778
Outras despesas	2.947	5.647
Total	404.594	70.825

14. SERVIÇOS VOLUNTARIADOS

Registra o trabalho de voluntário, no exercício de suas funções, onde são reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme preceitua a Resolução 1.409/12 do CFC – ITG 2002. Os trabalhos de voluntários neste exercício estão representados:

	2019
DESPESA DE SERVICOS VOLUNTARIADOS	63.000
Serviços de dirigentes	63.000

15. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

16. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A instituição é imune do recolhimento de tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços, conforme determinação do artigo 150, inciso VI e alínea C da Constituição da República de 5 de outubro de 1988.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras em condições normais do mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais são representados por aplicações financeiras cujos valores estimados de mercado são similares aos seus respectivos valores contábeis.

Leonardo Gontijo Vieira Gomes
Presidente

Contador
Organização Savere
CRC MG 005078/O-4
Jorge Fonseca Filho
CRC 009898/O-1